



Caderno de Negociação

DIEESE

Número 83 - Novembro de 2024

MERCADO DE TRABALHO

Trabalho intermitente cresce, mas participação segue baixa

Em 2023, havia 417 mil vínculos de trabalho intermitente no setor privado e nas empresas estatais, o equivalente a 0,94% do total de vínculos nesse segmento. Na comparação com 2022 (quando havia cerca de 357 mil vínculos intermitentes), o crescimento foi de 17%.

O setor com mais vínculos de trabalho intermitente foi o de atividades administrativas e serviços complementares, com 142 mil (2,45% do total de vínculos nessa área); seguido pela construção civil, com mais de 56 mil (1,99% do segmento); e pela indústria de transformação, com quase 46 mil (0,59% do setor).

Destaca-se também a participação das atividades profissionais, científicas e técnicas (com 1,76% de vínculos intermitentes) e do setor de alojamento e alimentação (área em que 1,71% eram intermitentes).

As ocupações com mais vínculos de trabalho intermitente foram: faxineiro (21 mil), vigilante (20 mil), auxiliar de logística (18 mil) e servente de obras (16 mil).

Ocupações com maior quantidade de vínculos de trabalho intermitentes - Brasil, 2023

Ocupação	Intermitentes
Faxineiro	21.463
Vigilante	20.347
Auxiliar de logística	18.029
Servente de obras	16.202
Repositor de mercadorias	12.190
Cozinheiro geral	11.515
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	11.494
Operador de caixa	9.714
Atendente de lanchonete	9.281
Alimentador de linha de produção	8.439

Fonte: MTE. Rais 2023

Número de vínculos de trabalho intermitentes e proporção sobre o total de vínculos, segundo setor de atividade (em %)

Atividade econômica	Intermitentes	% no setor
Atividades administrativas e serviços complementares	142.080	2,45
Construção	56.659	1,99
Indústrias de transformação	45.903	0,59
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	40.299	0,39
Alojamento e alimentação	36.953	1,71
Atividades profissionais, científicas e técnicas	27.222	1,76
Transporte, armazenagem e correio	18.549	0,69
Educação	15.904	0,84
Informação e comunicação	10.564	0,89
Saúde humana e serviços sociais	10.007	0,35
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.762	0,21
Artes, cultura, esporte e recreação	3.653	1,21
Outras atividades de serviços	3.355	0,29
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.156	0,30
Atividades imobiliárias	562	0,29
Indústrias extrativas	272	0,10
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	266	0,02
Serviços domésticos	27	2,72
Eleticidade e gás	12	0,01
Administração pública, defesa e seguridade social	9	0,02
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00
Total	417.214	0,94

Fonte: MTE. Rais 2023

GREVES

Terceirizados em greve por salários atrasados

No primeiro semestre de 2024, trabalhadores/as terceirizados/as realizaram 48 greves. Grande parte das mobilizações foi organizada nos serviços públicos (60%). São profissionais que atuam em estabelecimentos de ensino e em unidades de saúde – vigilantes, porteiros/as, recepcionistas; também pessoal de escritórios, cozinhas, lavanderias e empregados/as nas tarefas de cuidado (enfermagem) e limpeza.

Também se destacam as mobilizações da construção (17%), especialmente na manutenção e montagem em grandes complexos industriais.

De forma geral, nas greves dos trabalhadores/as terceirizados/as são muito frequentes as reivindicações pelo pagamento de salários atrasados, além de questões relacionadas à alimentação (temas presentes em 62,5% das pautas). A regularização dos depósitos do Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vem a seguir (20,8%). Outros quatro itens aparecem com a mesma participação (14,6%): relacionados à assistência médica e aos planos de saúde; ao pagamento de férias em atraso; ao reajuste salarial; e ao transporte.

Principais reivindicações nas greves dos terceirizados - Brasil, 1º semestre de 2024

Reivindicações	Greves	%
Alimentação	30	62,5
Pagamento de salário em atraso	30	62,5
Depósito de FGTS	10	20,8
Assistência médica	7	14,6
Pagamento de férias em atraso	7	14,6
Reajuste salarial	7	14,6
Transporte	7	14,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Reforma trabalhista derruba nível dos acordos coletivos

A reforma trabalhista e sindical, Lei nº 13.467/17, completa sete anos em novembro e teve grandes efeitos nas relações de trabalho.

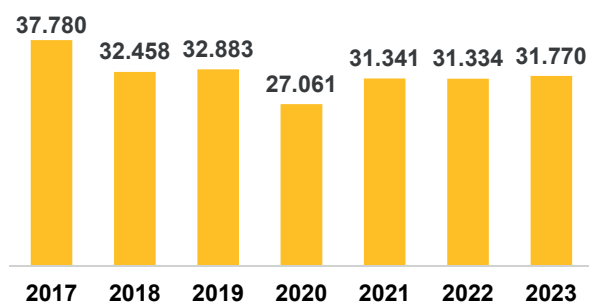
Em relação à negociação coletiva, houve queda significativa no número de registros de acordos e convenções coletivas. Já em 2018, o Mediador registrou cerca de seis mil instrumentos coletivos a menos, na comparação com 2017.

Passados esses anos, o número de registros de acordos coletivos ainda não se recuperou plenamente. Em 2023, eles equivaliam a 84,1% do número registrado em 2017. Quanto às convenções, a recupe-

ração já era observada desde 2022.

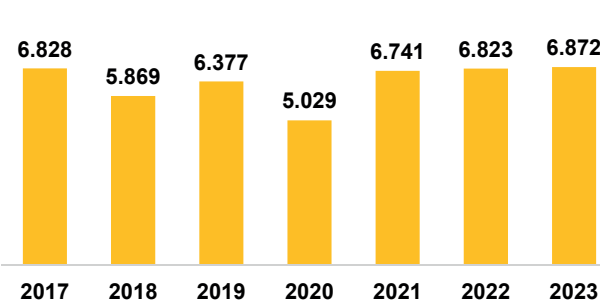
Um dos objetivos da reforma trabalhista era incentivar a descentralização das negociações, o que poderia acarretar um estímulo ao crescimento do número de acordos coletivos. A queda talvez possa ser explicada como o resultado de estratégias sindicais de fortalecimento das convenções, ou mesmo perda da importância dos acordos, dado que algumas questões que antes dependiam de negociação das empresas com os sindicatos, depois da reforma puderam ser negociadas individualmente com os trabalhadores/as, como, por exemplo, o banco de horas.

Evolução dos registros de acordos coletivos de trabalho no Mediador Brasil, 2017-2023



Acordo Coletivo de Trabalho

Evolução dos registros de convenções coletivas de trabalho no Mediador Brasil, 2017-2023



Convenção Coletiva de Trabalho

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Dados parciais de outubro: 70% das negociações têm aumentos reais

Cerca de 70% das negociações registradas no Mediador até 7 de novembro, referentes a outubro, resultaram em aumentos reais de salários, se comparados com a evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). É o menor percentual observado desde novembro de 2023. Por outro lado, cresceu o percentual de resultados

iguais ao INPC, presentes em 24,7% das negociações do mês.

Esse comportamento é explicado, em parte, pelos resultados das negociações dos metalúrgicos de Minas Gerais, nas quais quase metade das tratativas resultou em reajustes iguais à inflação.

Entre as 12 categorias selecionadas neste Caderno, que concentrarão negociações nos próximos meses, destacam-se os trabalhadores e trabalhadoras no ramo do turismo e hospitalidade, da construção e mobiliário e dos transportes, todos com ganhos reais em mais de 90% das negociações nos últimos 12 meses.

Os pisos negociados por essas mesmas 12 categorias nos últimos 12 meses podem ser vistos na Tabela abaixo.

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes Brasil - últimos 12 meses





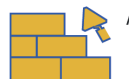







Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Nov/23	63,7%	31,1%	5,1%	0,86%	2.040
Dez/23	82,8%	14,6%	2,5%	1,15%	198
Jan/24	82,3%	12,7%	5,0%	1,65%	2.864
Fev/24	83,8%	11,3%	4,8%	1,48%	681
Mar/24	86,2%	10,4%	3,5%	1,17%	2.025
Abr/24	79,6%	17,9%	2,5%	1,29%	771
Mai/24	89,9%	8,3%	1,9%	1,63%	4.789
Jun/24	88,5%	9,3%	2,2%	1,43%	922
Jul/24	83,0%	10,2%	6,7%	1,24%	519
Ago/24	79,2%	14,0%	6,8%	0,88%	457
Set/24	88,0%	7,7%	4,3%	1,04%	467
Out/24	70,2%	24,7%	5,1%	0,89%	215
Total 12 meses	82,9%	13,4%	3,6%	1,37%	15.948
Total 2024	85,8%	10,8%	3,4%	1,45%	13.710

Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Alimentação	R\$ 1.689,90	1.329
Calçadistas	R\$ 1.585,97	39
Comerciários	R\$ 1.600,91	1.554
Comunicações	R\$ 1.601,04	327
Construção e mobiliário	R\$ 1.751,59	1.506
Educação privada	R\$ 1.701,60	120
Extrativa	R\$ 1.591,42	147
Gráficos	R\$ 1.672,49	48
Metalúrgicos	R\$ 1.754,15	897
Rurais	R\$ 1.679,11	636
Transportes	R\$ 1.833,16	2.826
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.582,10	1.848

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 07/11/2024

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

ALIMENTAÇÃO			CALÇADISTA			COMERCIÁRIOS			COMUNICAÇÕES		
	Acima	84,20%		Acima	81,10%		Acima	62,20%		Acima	62,30%
	Igual	13,40%		Igual	16,20%		Igual	36,40%		Igual	35,10%
	Abaixo	2,40%		Abaixo	2,70%		Abaixo	1,50%		Abaixo	2,60%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajuste)			Total (nº de reajuste)		
1,31%			0,75%			0,78%			0,90%		
1.307			37			1.570			345		
CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO			EDUCAÇÃO PRIVADA			EXTRATIVA			GRÁFICOS		
	Acima	93,50%		Acima	57,60%		Acima	85,90%		Acima	87,50%
	Igual	4,40%		Igual	26,00%		Igual	9,80%		Igual	10,40%
	Abaixo	2,10%		Abaixo	16,40%		Abaixo	4,30%		Abaixo	2,10%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)		
1,67%			0,64%			1,11%			0,89%		
1.527			262			163			48		
METALÚRGICOS			RURAIS			TRANSPORTES			TURISMO E HOSPITALIDADE		
	Acima	84,30%		Acima	88,90%		Acima	91,10%		Acima	94,90%
	Igual	13,90%		Igual	6,40%		Igual	6,20%		Igual	3,40%
	Abaixo	1,80%		Abaixo	4,70%		Abaixo	2,70%		Abaixo	1,70%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)		
1,29%			1,51%			1,71%			1,86%		
1.019			530			2.568			1.832		

Reforma trabalhista amplia terceirização

A reforma trabalhista e sindical, Lei nº 13.467/17, foi responsável pela flexibilização de diversas garantias, o que aumentou a precarização do trabalho. A terceirização, antes limitada às atividades-meio, foi ampliada para qualquer atividade da empresa. Para se contrapor a esse processo, o movimento sindical tem procurado limitar a terceirização e assegurar o cumprimento de direitos legais e garantias definidas em acordos e convenções coletivas de trabalho para trabalhadores/as terceirizados/as, por meio da negociação coletiva. Confira exemplos de cláusulas:

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

A empresa acordante se compromete, na vigência deste acordo coletivo de trabalho, a não promover a terceirização de mão de obra nos respectivos setores de atividades fins, exceto as prestações de serviço já existentes.

MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Na execução dos serviços de sua atividade produtiva fabril ou atividade principal, no segmento representado pela categoria abrangida por esta convenção coletiva de trabalho e, ainda, nos serviços rotineiros de manutenção mecânica e/ou elétrica, as empresas não poderão se valer senão de

empregados por elas contratados sob o regime da CLT, salvo nos casos definidos na Lei nº 6019/74 e nos casos de empreitada cujos serviços não se destinem à produção propriamente dita.

ABRANGÊNCIA TERCEIROS

O presente acordo coletivo de trabalho abrange as empresas terceiras, as quais ficam obrigadas a cumprir as mesmas condições contratuais deste acordo, principalmente as cláusulas econômicas, sendo obrigadas a assinarem o presente acordo toda vez que ocorrer contratação de terceirizado, sob pena de multa de 10% do valor do salário normativo por empregado e por descumprimento.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Nos contratos a serem firmados com prestadores de serviços, a empresa fará constar, dos respectivos instrumentos contratuais, cláusulas de cumprimento, pelas empresas contratadas em relação aos seus empregados, das obrigações legais, dos instrumentos normativos, acordos coletivos ou convenções coletivas, das normas de segurança e medicina do trabalho, e ainda exigirá, por ocasião dos pagamentos, comprovantes dos recolhimentos, pelas contratadas, das contribuições para o INSS e o FGTS.

Graduação em

**CIÊNCIAS
DO TRABALHO**

INSCREVA-SE!
PROCESSO SELETIVO 2025

Aulas no período noturno,
presenciais e virtuais

Bolsas de estudos de até

90%



MAIS INFORMAÇÕES

www.escola.dieese.org.br

(11) 94123-3789

contatoescola@dieese.org.br

(11) 3821-2150 e 3821-2155

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

Processo seletivo 2025:
graduação em Ciências do Trabalho

Bolsa de estudos de até 90%
Curso com duração de três anos (seis semestres)

Modalidade: presencial e virtual

Período: noturno, das 19h às 22h30

Aulas: de segunda a sexta-feira

Vagas: 40

Inscrições: 07/10/2024 a 17/01/2025

Taxa de inscrição: R\$ 30 (trinta reais)

Etapas: redação, currículo e carta de apresentação

Mais informações no site da Escola DIEESE:

<https://escola.dieese.org.br/graduacao>



PREÇOS

Custo da cesta básica aumenta em 17 capitais

O preço dos alimentos básicos aumentou em outubro nas 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As maiores altas ocorreram em Campo Grande (5,10%), Brasília (4,18%), Fortaleza (4,13%), Belo Horizonte (4,09%), Curitiba (4,03%) e Natal (4,01%). O maior valor (R\$ 805,84) foi o de São Paulo. Entre setembro e outubro, as variações mais significativas foram verificadas nos seguintes itens:

Carne bovina de primeira – O preço subiu em todas as cidades pesquisadas. As estiagens e as queimadas prejudicaram as pastagens. O abate de bois originados de confinamento não foi suficiente para manter o nível de oferta e os preços no varejo aumentaram.

Óleo de soja – Encareceu nas 17 capitais. O aumento da demanda por óleo bruto manteve elevado o volume exportado e, apesar das expectativas positivas em relação à produção, no varejo, o preço do óleo seguiu em alta.

Café em pó – O valor aumentou em 16 das 17 capitais, com exceção de Brasília. Além do recorde de volume

exportado, entre julho e setembro de 2024, o clima seco pode comprometer a nova safra, previsão que influenciou os preços do produto.

Leite UHT – O preço subiu em 15 capitais. A menor oferta no campo, devido ao clima adverso, e a maior demanda por parte das indústrias produtoras de laticínios encareceram o produto no varejo.

Tomate – Houve aumentos em 15 cidades. O calor acelerou a maturação do fruto e assim o mercado esteve abastecido e com valores menores. Em outubro, porém, a oferta caiu com o término da safra de inverno.

Batata – O valor baixou em oito das 10 capitais da região Centro-Sul, onde o tubérculo é pesquisado. Apesar da menor oferta, a demanda e os preços diminuíram.

Em 12 meses, o custo da cesta subiu em 12 das 17 capitais pesquisadas, com destaque para as variações em Campo Grande (9,97%), Brasília (9,77%), Goiânia (9,32%) e São Paulo (9,17%). Entre as cinco localidades com retração nos preços, destacam-se Recife (-1,60%) e Fortaleza (-1,17%).

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – outubro de 2024			
Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
São Paulo	805,84	1,69	9,17
Florianópolis	796,94	3,72	7,87
Porto Alegre	774,32	2,40	4,75
Rio de Janeiro	773,70	2,17	7,28
Campo Grande	751,06	5,10	9,97
Curitiba	726,62	4,03	7,65
Brasília	711,05	4,18	9,77
Vitória	708,06	1,90	4,87
Goiânia	695,37	3,33	9,32
Belo Horizonte	678,07	4,09	8,02
Belém	649,90	0,33	2,68
Fortaleza	641,34	4,13	-1,17
Natal	576,23	4,01	-1,01
João Pessoa	566,46	2,55	2,09
Salvador	560,65	1,27	-0,44
Recife	548,19	2,40	-1,60
Aracaju	519,31	2,59	-0,51

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial – (outubro 2024)	
Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.769,87
Salário Mínimo	R\$ 1.412,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,79

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - (nov/23 a out/24)	
INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	4,60
- Alimentação e bebidas	6,57
- Alimentação no domicílio	7,01
- Alimentação fora do domicílio	5,06

Fonte: IBGE

Índices de inflação - IBGE					
Índices de inflação	Outubro de 2024 (%)	Nov/23 a Out/24 (%)	Projeção de inflação		
			dez/23 a nov/24 (%)	jan/24 a dez/24 (%)	fev/24 a jan/25 (%)
INPC-IBGE	0,61	4,60	4,75	4,62	4,68
IPCA-IBGE	0,56	4,76	4,72	4,58	4,79

A projeção de inflação, realizada em 22/11, para novembro ficou em 0,25%; para dezembro 0,42%; e janeiro em 0,62%

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) Município de São Paulo, outubro de 2024				
Outubro	Variação em 12 meses (nov/23 a out/24)			
Geral	Geral	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
0,31%	3,87%	3,83%	3,93%	3,86%

Fonte: DIEESE

Obs.: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.502,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.604,00) e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 30.158,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de setembro de 2024